



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ofício PRE nº 043

Jaguariúna, 18 de março de 2026

Senhor Prefeito

Encaminhamos a V. Exma. os Requerimentos abaixo relacionados, que foram apresentados nesta Casa de Leis, em Sessão Ordinária realizada em 17 de março de 2026.

1. **Requerimento 067/26 – Ver. Ana Paula Espina** – Solicita ao Exec. Mun. informações referentes servidora nomeada para exercer função de fiscalização.
2. **Requerimento 068/26 – Ver. Rafael Blanco** – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre o tratamento dos dejetos orgânicos gerados nas creches e escolas da rede municipal e no hospital Municipal Walter Ferrari.
3. **Requerimento 069/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações detalhadas acerca da gestão da assistência farmacêutica básica municipal, especialmente quanto ao abastecimento de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde.
4. **Requerimento 070/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações acerca de todos os contratos relacionados a softwares, sistemas informatizados e tecnologia da informação firmados pelo Município de Jaguariúna desde 01 de janeiro de 2025 até a presente data.
5. **Requerimento 071/26 – Ver. Ana Paula Espina** – Solicita ao Exec. Mun. prestar esclarecimentos acerca do falecimento da paciente Eliana Ap. Donizeti dos Santos Aguiar, moradora deste Município (cópia ao Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas – CISNE).
6. **Requerimento 072/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações acerca da execução do contrato de telefonia institucional da Prefeitura (cópia para Sec. Mun. Administração e Finanças, Sec. Mun. Saúde, Sec. Mun. Assistência Social).
- 7.
8. **Requerimento 073/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações e documentos relacionados à aquisição de café às repartições públicas do Município de Jaguariúna, decorrente do Pregão Eletrônico 90020/2025.
9. **Requerimento 074/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações detalhadas sobre médicos que atuam na rede pública municipal de saúde de Jaguariúna, incluindo registro profissional (CRM) Registro de Qualificação de Especialista (RQE), vínculos contratuais, dentre outras questões.
10. **Requerimento 075/26 – Ver. Jorge L. Souza** – Solicita ao Exec. Mun. informações detalhadas sobre as falhas recorrentes no telefone da Central de Ambulância do Município, dentre outras questões.
11. **Requerimento 076/26 – Ver. Rose Guerreira** – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre soluções para problemas existentes na UBS do Bairro Cruzeiro do Sul.
12. **Requerimento 077/26 – Ver. Graça Albaran** – Solicita ao Exec. Mun. informações sobre ausência de professor da disciplina de matemática na Escola Municipal Professor José Roberto Chavegato "Bita".

Atenciosamente,

VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA
Presidente

Ao Senhor
David Hilario Neto
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS

| | |
|-------------------|-----------|
| APROVADO | |
| Favoráveis | <u>11</u> |
| Contrários | <u>—</u> |
| Abstenções | <u>—</u> |
| <u>17-03-2026</u> | |

REQUERIMENTO Nº 072/2026

| | |
|--------------|------------------------------|
| PROTOCOLO Nº | <u>214</u> /2026 |
| EM | <u>16</u> / <u>03</u> / 2026 |
| SECRETARIA | <u>60</u> |

LIDO EM SESSÃO
DE 17 / 03 / 2026

Assunto: SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE JAGUARIÚNA

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 31 da Constituição Federal, que atribui ao Poder Legislativo a função de fiscalização dos atos do Poder Executivo, bem como com fundamento nos princípios da legalidade, eficiência, moralidade, publicidade e interesse público previstos no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), na Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), bem como nas disposições da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno desta Casa de Leis, requiro à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jaguariúna, com cópia à Secretaria Municipal de Administração, à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Assistência Social, acerca da execução do contrato de telefonia institucional da Prefeitura, diante de relatos recorrentes de falhas no sistema de comunicação que atende diversos órgãos da Administração Municipal.

Conforme registros de licitação da Prefeitura, os serviços de telefonia foram contratados por meio do Pregão Eletrônico nº 145/2023, que resultou no Contrato Administrativo nº 007/2024, firmado com a empresa Voxcity Tecnologia Ltda., cujo objeto consiste na prestação de serviços de Telefonia Fixa Comutada IP, com estrutura de comunicações unificadas e PABX em nuvem para a Administração Municipal.

Entretanto, têm sido relatadas falhas frequentes no funcionamento das linhas telefônicas em diversas secretarias municipais, especialmente em setores de atendimento direto à população, tais como:

- Secretaria Municipal de Saúde, incluindo UBS e Central de Ambulâncias;
- Secretaria Municipal de Assistência Social, incluindo unidades como o CRAS;
- Outras secretarias e setores da Administração Municipal.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

Tais falhas geram dificuldades significativas para que os munícipes consigam entrar em contato com os serviços públicos, prejudicando o acesso a orientações, solicitações de atendimento e comunicação com os órgãos municipais, sobretudo em áreas sensíveis como saúde e assistência social, que atendem diretamente a população.

Ressalta-se ainda que este vereador, que também exerce função de servidor público municipal, tem presenciado diretamente tais problemas, tendo observado que em seu próprio setor já ocorreram períodos de semanas e até meses em que o sistema de telefonia permaneceu inoperante, comprometendo a comunicação institucional e o atendimento à população.

Caso se confirme que o serviço permaneceu indisponível por períodos prolongados e, ainda assim, tenham sido realizados pagamentos integrais à empresa contratada, poderá haver prejuízo ao erário municipal, além de eventual falha na fiscalização do contrato administrativo, situação que demanda esclarecimentos.

Considerando que respostas genéricas ou incompletas dificultam o exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, solicita-se que todas as respostas sejam apresentadas de forma detalhada, discriminando por unidade administrativa, período, datas específicas e responsáveis, bem como acompanhadas dos respectivos documentos comprobatórios.

REQUER-SE AS SEGUINTE INFORMAÇÕES

1 – Informações sobre o processo licitatório e contrato

Confirmar se o serviço de telefonia institucional da Prefeitura está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 145/2023, que resultou no Contrato nº 007/2024, firmado com a empresa Voxcity Tecnologia Ltda.

Encaminhar cópia integral do processo licitatório, incluindo:

- edital do pregão;
- termo de referência;
- proposta vencedora;
- contrato administrativo firmado;
- eventuais termos aditivos.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

2 – Estrutura do sistema de telefonia

Informar quantos ramais e linhas telefônicas estão atualmente vinculados ao contrato, discriminando por secretaria, departamento e unidade administrativa.

Encaminhar relação completa das unidades da Prefeitura que tiveram falha ou indisponibilidade do sistema de telefonia desde o início da vigência do contrato, indicando:

- unidade administrativa;
- secretaria responsável;
- data de início da falha;
- data de restabelecimento do serviço;
- tempo total de indisponibilidade.

3 – Chamados técnicos e manutenção

Informar quantos chamados técnicos foram abertos pela Prefeitura junto à empresa Voxcity Tecnologia Ltda. desde o início da execução do contrato, encaminhando cópia dos registros, protocolos ou ordens de serviço correspondentes.

Informar qual foi o maior período de indisponibilidade do sistema de telefonia registrado em qualquer unidade da Prefeitura, indicando local, período exato e justificativa técnica apresentada pela empresa contratada.

4 – Informações da Secretaria de Saúde

Informar se houve falhas no sistema de telefonia nas unidades de saúde, incluindo UBS e Central de Ambulâncias, indicando:

- unidade afetada;
- período da falha;
- duração da indisponibilidade;
- providências adotadas pela secretaria.

5 – Informações da Secretaria de Assistência Social

Informar se houve falhas no sistema de telefonia nas unidades da Assistência Social, incluindo o CRAS, indicando:

- unidade afetada;
- período da falha;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- duração da indisponibilidade;
- medidas adotadas para restabelecer a comunicação.

6 – Fiscalização do contrato

Informar qual servidor foi designado como fiscal do contrato, encaminhando cópia da portaria de designação.

Encaminhar cópia dos relatórios elaborados pelo fiscal do contrato nº 007/2024, contendo registros de ocorrências, falhas ou providências adotadas.

7 – Penalidades e notificações

Informar se a empresa Voxcity Tecnologia Ltda. foi notificada formalmente em razão de falhas na prestação do serviço, encaminhando cópia das notificações.

Informar se houve aplicação de multas ou outras penalidades contratuais, indicando:

- data da penalidade;
- valor da multa;
- fundamento legal ou contratual.

8 – Pagamentos realizados

Informar o valor total pago à empresa Voxcity Tecnologia Ltda. desde o início da vigência do contrato nº 007/2024, discriminando:

- valores mensais pagos;
- empenhos emitidos;
- pagamentos realizados.

Informar se houve pagamento integral à empresa contratada em meses nos quais foram registradas falhas ou indisponibilidade prolongada do sistema de telefonia, especificando:

- mês do pagamento;
- valor pago;
- unidades afetadas pela falha;
- eventual aplicação de glosa ou desconto contratual.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

9 – Controle da execução contratual

Informar se a Administração Municipal realiza ateste mensal da execução do serviço antes da autorização de pagamento, indicando:

- qual servidor ou autoridade responsável pelo ateste;
- encaminhar cópia dos atestes de execução referentes aos últimos 12 meses.

Informar se foi realizada avaliação formal de desempenho da empresa contratada quanto à qualidade e continuidade do serviço, encaminhando eventuais relatórios ou registros de descumprimento de nível de serviço (SLA).

JUSTIFICATIVA

A comunicação eficiente entre a população e os serviços públicos municipais é condição essencial para o funcionamento adequado da Administração Pública, especialmente em áreas de atendimento direto à população como saúde e assistência social.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, estabelece que a Administração Pública deve observar os princípios da eficiência, legalidade e interesse público, sendo dever do gestor garantir que os contratos firmados pelo Poder Público sejam executados de forma adequada.

Dessa forma, eventuais períodos prolongados de indisponibilidade do serviço de telefonia, especialmente em setores essenciais da administração pública, podem representar grave prejuízo ao atendimento da população, além de indicar possível falha na fiscalização do contrato ou eventual prejuízo ao erário caso pagamentos tenham sido realizados sem a efetiva prestação do serviço.

Ressalta-se ainda que, mesmo diante de falhas recorrentes relatadas em diversos setores da Administração, não se tem conhecimento de providências mais efetivas adotadas pela gestão do contrato para sanar definitivamente o problema, o que causa preocupação, especialmente considerando que a Secretaria de Administração é responsável pela gestão e fiscalização contratual.

Diante disso, questiona-se também por quais razões não foram adotadas providências administrativas mais enérgicas, como eventual aplicação de penalidades contratuais, revisão da execução do contrato ou até mesmo a rescisão contratual e realização de novo processo licitatório, caso comprovado que o serviço contratado não esteja atendendo adequadamente às necessidades da Administração e da população.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

Ressalte-se que a manutenção de contrato administrativo que não esteja sendo executado de forma eficiente pode configurar prejuízo ao erário e afronta aos princípios da eficiência e da boa administração pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Solicita-se ainda que as informações sejam encaminhadas no prazo regimental, de forma completa e acompanhadas de documentos comprobatórios, tais como relatórios técnicos, registros de chamados, notificações contratuais, relatórios do fiscal do contrato, empenhos e comprovantes de pagamento, permitindo a adequada análise por parte desta Casa de Leis.

Caso sejam identificadas irregularidades, omissões ou eventuais prejuízos ao erário, as informações poderão ser encaminhadas aos órgãos de controle competentes, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), para análise da regularidade da execução contratual e da correta aplicação dos recursos públicos.

Por fim, ressalta-se que o presente requerimento visa garantir que a população de Jaguariúna tenha acesso efetivo aos serviços públicos municipais, uma vez que falhas prolongadas nos sistemas de comunicação da Prefeitura impedem o contato dos munícipes com setores essenciais da administração, especialmente nas áreas de saúde e assistência social, gerando prejuízos ao atendimento público e ao interesse coletivo.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 16 de março de 2026

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA